



EVOLUÇÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - A PERSPETIVA DO REGULADOR

8.º Encontro das Autoridades de Transportes

Fórum Braga - 10 de dezembro de 2024





1.

EVOLUÇÃO 2015-2024

Contratualização de Serviços Públicos - Marcos Transformadores

1

Regime de
contratualização de
serviços públicos de
transporte de
passageiros

Regulamento (CE)
1370/2007

Lei n.º 52/2015, de 9
de junho

2

Criação da
Autoridade da
Mobilidade e dos
Transportes

Decreto-Lei n.º
78/2014, de 14 de
maio

3

Descentralização
de competências e
criação de
Autoridades de
Transportes

4

Regimes Tarifários
PART
Incentiva+TP
Estudantes,
Circula.pt

5

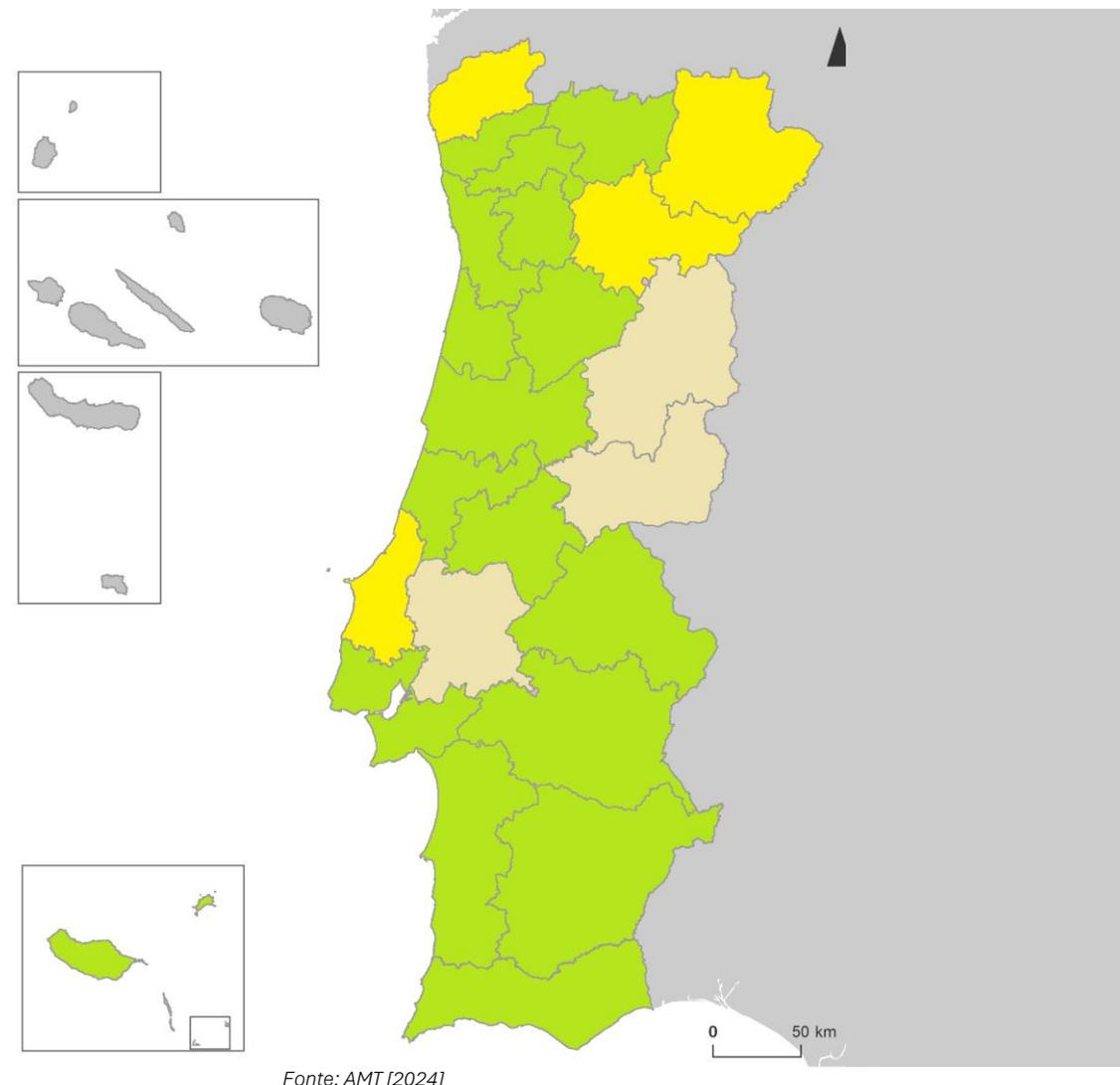
Pandemia Covid-19

6

Metas da ONU e da
União Europeia no
âmbito as
Transições
Ambiental,
Energética e Digital

Autoridades de Transportes (regionais)

- Adjudicado:**
AM Porto, AM Lisboa, Algarve, Baixo Alentejo, Alentejo Central, Alto Alentejo, Cávado, Ave, Alentejo Litoral, Médio Tejo, Viseu Dão-Lafões, Região de Coimbra, Região de Aveiro, Tâmega e Sousa, Região de Leiria, Alto Tâmega
- Em curso:**
Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela e Lezíria do Tejo
- Em reavaliação/análise:**
Oeste, Douro, Trás-os-Montes e Alto Minho

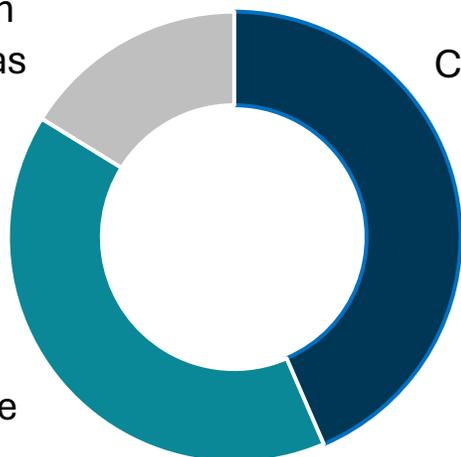


Fonte: AMT [2024]

Autoridades de Transportes (municipais)

- » **85% dos serviços foram delegados/partilhados** total ou parcialmente nas CIM/AM
- » Os **restantes 15%** (serviços urbanos e municipais) mantêm-se nos Municípios
- » Geometria da delegação/partilha é variável

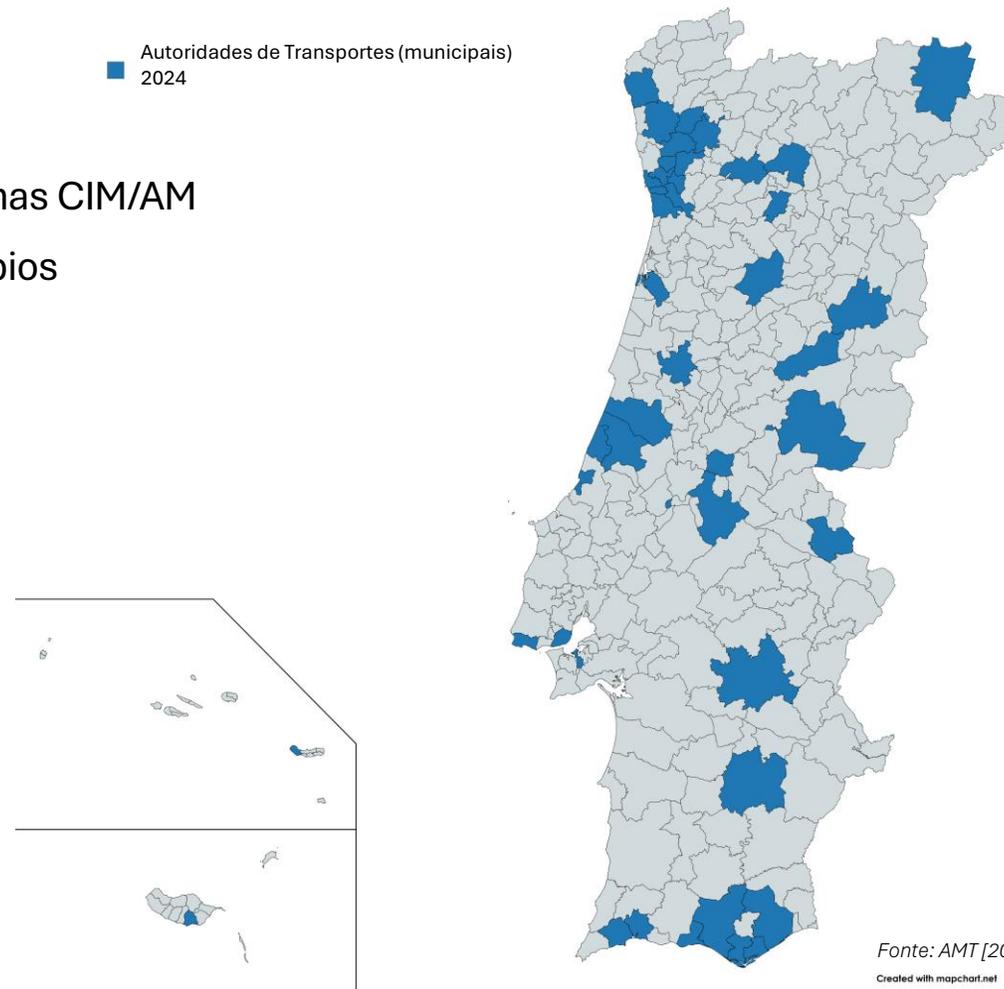
Não Delegam
competências
16%



Delegam
Competências
44%

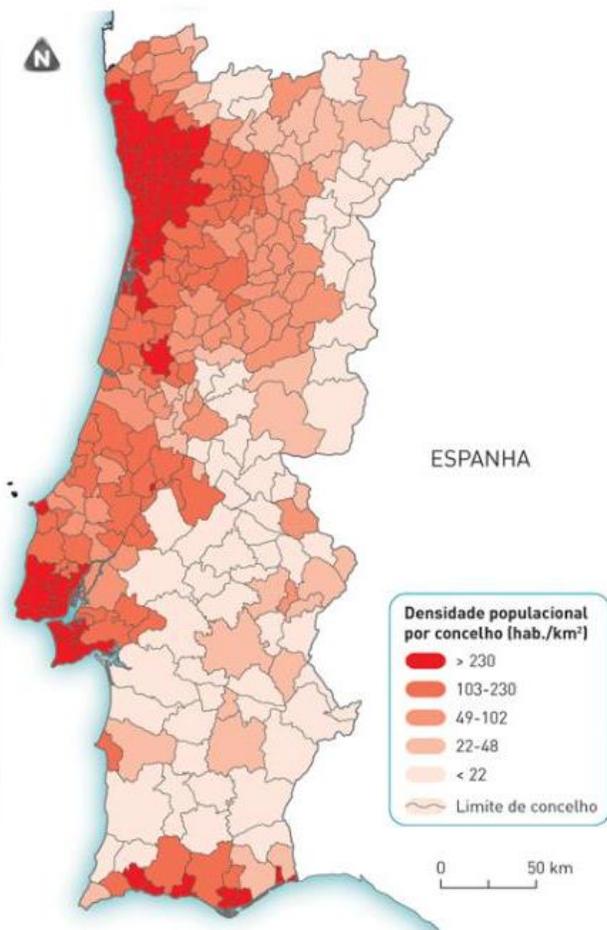
Delegam
parcialmente
40%

Autoridades de Transportes (municipais)
2024



Densidade Populacional, por concelho

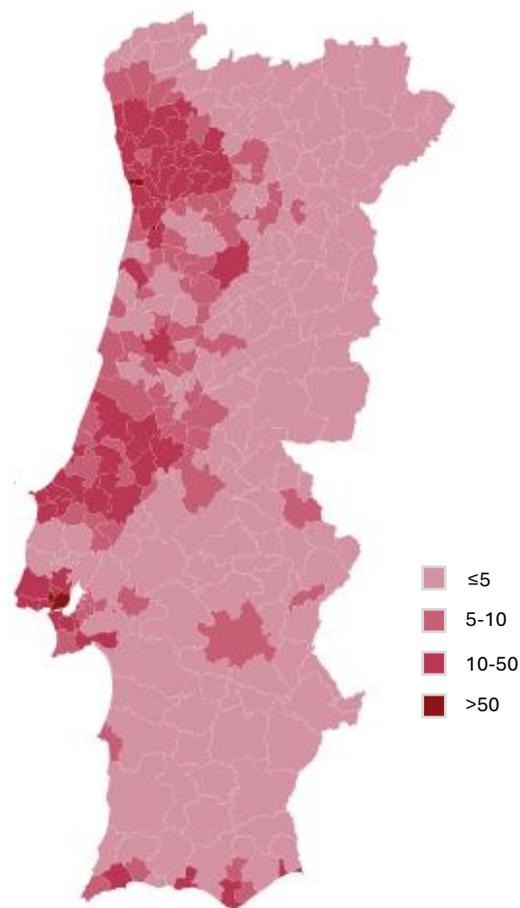
(hab/Km2)



Fonte: INE 2021

Cobertura geográfica de serviços rodoviários, por concelho

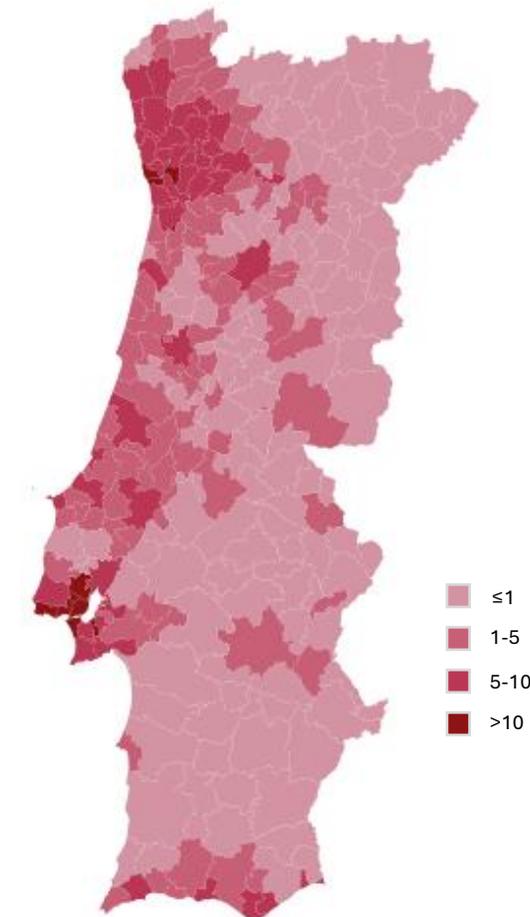
(Extensão produzida/Km2)



Fonte: StePP 2023

Oferta de serviços rodoviários, por concelho

(V.Km/Km2)



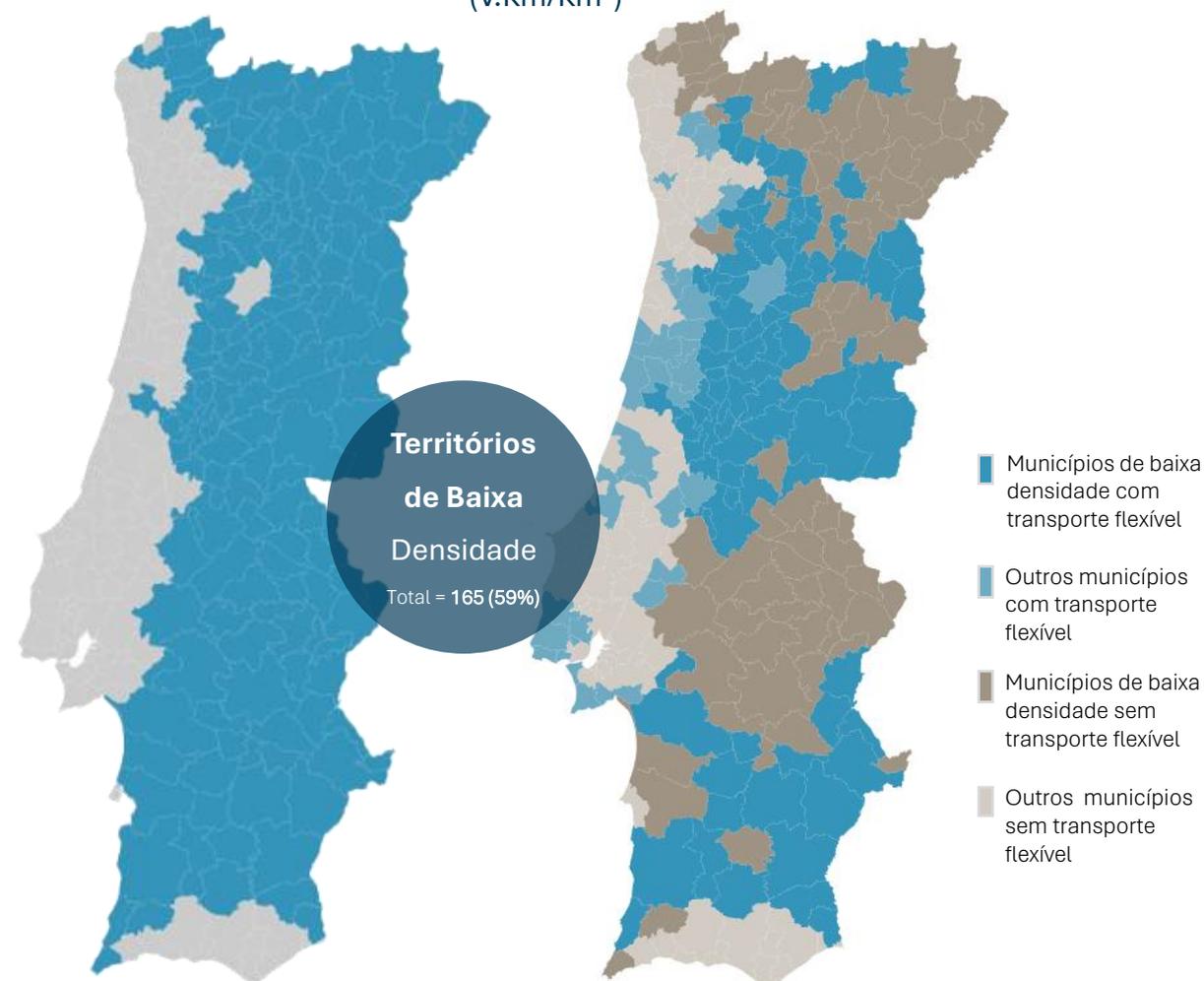
Fonte: StePP 2023

Transporte Flexível

» Cerca **50%** dos municípios de baixa densidade (165) já têm serviços ou projetos piloto de transporte flexível ou a pedido

» **44%** dos municípios têm transporte flexível, destes 72% são em municípios de baixa densidade

Distribuição geográfica dos municípios com transporte flexível
(V.Km/Km²)



Fonte: AMT [2024]

Fonte: Municípios [2023]

Orientações para a contratualização OSP

- Documentos instrutores do pedido de emissão de parecer prévio vinculativo - 2017
- Indicadores de desempenho e serviço público - 2018
- Road Map para a contratualização de obrigações de serviço público - 2018 (GTAT)
- Guião de procedimentos concursais e formulário tipo de caderno de encargos - 2019 (GTAT)
- Regulamento de regras e princípios gerais tarifário e relatórios OSP - 2019
- Enquadramento de compensações por OSP - 2019
- Obrigações legais de prestação de informação - 2019
- Linhas de orientação para o pagamento de compensações e identificação de gastos e rendimentos associados à prestação de serviços públicos - 2020
- Guião para a Fase de Execução dos Contratos de Serviço Público de Transporte de Passageiros - 2020 (GTAT)



O que marcou esta fase de contratos de serviço público de 1.ª geração?

DIFICULDADES



- Instabilidade provocada pela Pandemia Covid 19 e aumento de custos de produção
- Necessidade de relançamento de procedimentos ou ajustes a contratos
- Prolongamento de contratos provisórios municipais em simultâneo com o lançamento de concursos regionais
- Desajustamento de pressupostos económico-financeiros por alteração de circunstâncias
- Sucessivas alterações legislativas e regulamentares a nível tarifário e compensatório
- Monitorização insuficiente à qualidade e desempenho de serviços
- Sucessivas alterações da procura e oferta em contexto de rigidez contratual
- Incongruência de dados de autoridades e de operadores



O que marcou esta fase de contratos de serviço público de 1.ª geração?

SUCESSOS



- Gestão de impactos da pandemia garantindo serviços essenciais
- Capacidade dinâmica da oferta à procura
- Crescimento de utilizadores de transporte público
- Maior capacitação das autoridades e gestão profissional de contratos
- Crescente rigor na fundamentação de exercícios de planeamento e contratualização
- Crescimento da oferta de serviços públicos
- Crescente sucesso de serviços de transporte flexível
- Crescente rigor na fiscalização operacional e financeira
- Crescente estruturação e criação de informação e conhecimento
- Crescente partilha de competências a nível regional



2.

ATUAÇÃO DA AMT



Orientações

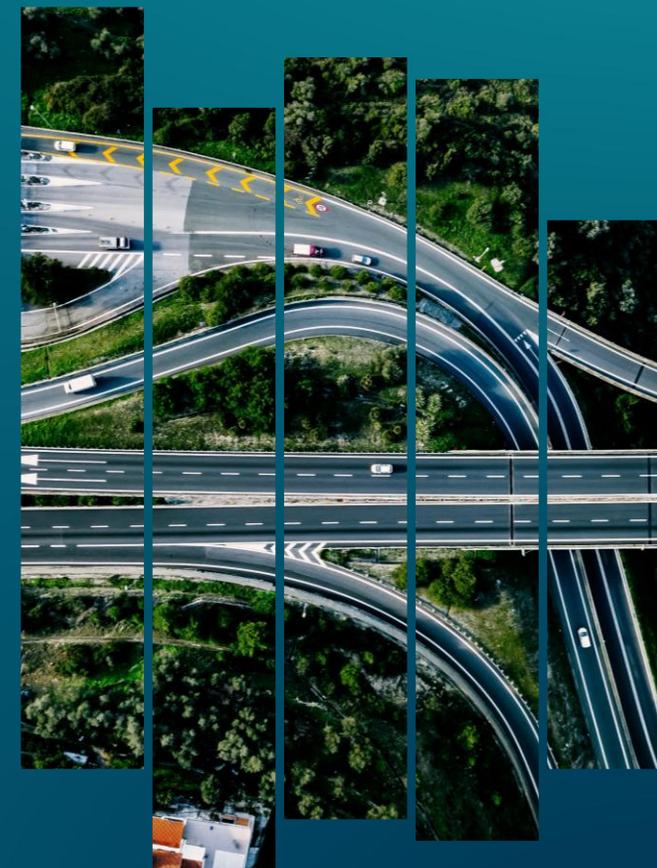
- Orientações - enquadramento legal, desempenho operacional e económico-financeira e melhores práticas e indicadores de qualidade e desempenho e de âmbito tarifário
- Ações de formação a autoridades de transporte e operadores

Pareceres Prévios Vinculativos/regulação

- 280 pareceres (34 desfavoráveis)
- 2017 a 2023: Montantes avaliados - *Transporte Público*: > 2.000M€

Controlo de compensações/supervisão

- 220 contratos/ano
- Montantes avaliados - >1.000M€/ano
- Devolução de montantes - 900.000€



Supervisão

- A 100% dos operadores sobre o cumprimento de transmissão de informação – 55 notificados por falta de preenchimento;
- A 375 binómios (operadores e autoridades) quanto a pagamento de compensações em 2022 e 2023;
- A 37 binómios em sede de verificação documental por amostragem (2023 e 2024)
- A 15 operadores sobre desempenho de contratos de serviço público e sistemas de apoio a exploração (2023 e 2024)
- A 23 terminais/11 operadores sobre acesso equitativo e não discriminatório

Direitos dos passageiros:

- Participação nas reuniões NEB da Comissão Europeia
- Participação no Grupo do Consumidor das Entidades Reguladoras
- Relatórios bienais de reporte Comissão Europeia
- Ações de divulgação/formação
- Supervisão ao tratamento de reclamações pelos operadores





- Transporte de mercadorias
- Mobilidade em territórios de baixa densidade
- Consulta a utilizadores da ferrovia
- Mercado do táxi
- Tráfego nas vias rodoviárias
- Ensino da condução
- Inspeção técnica de veículos
- Ecosistema ferroviário
- Ecosistema dos metros
- Ecosistema portuário
- Concessões rodoviárias



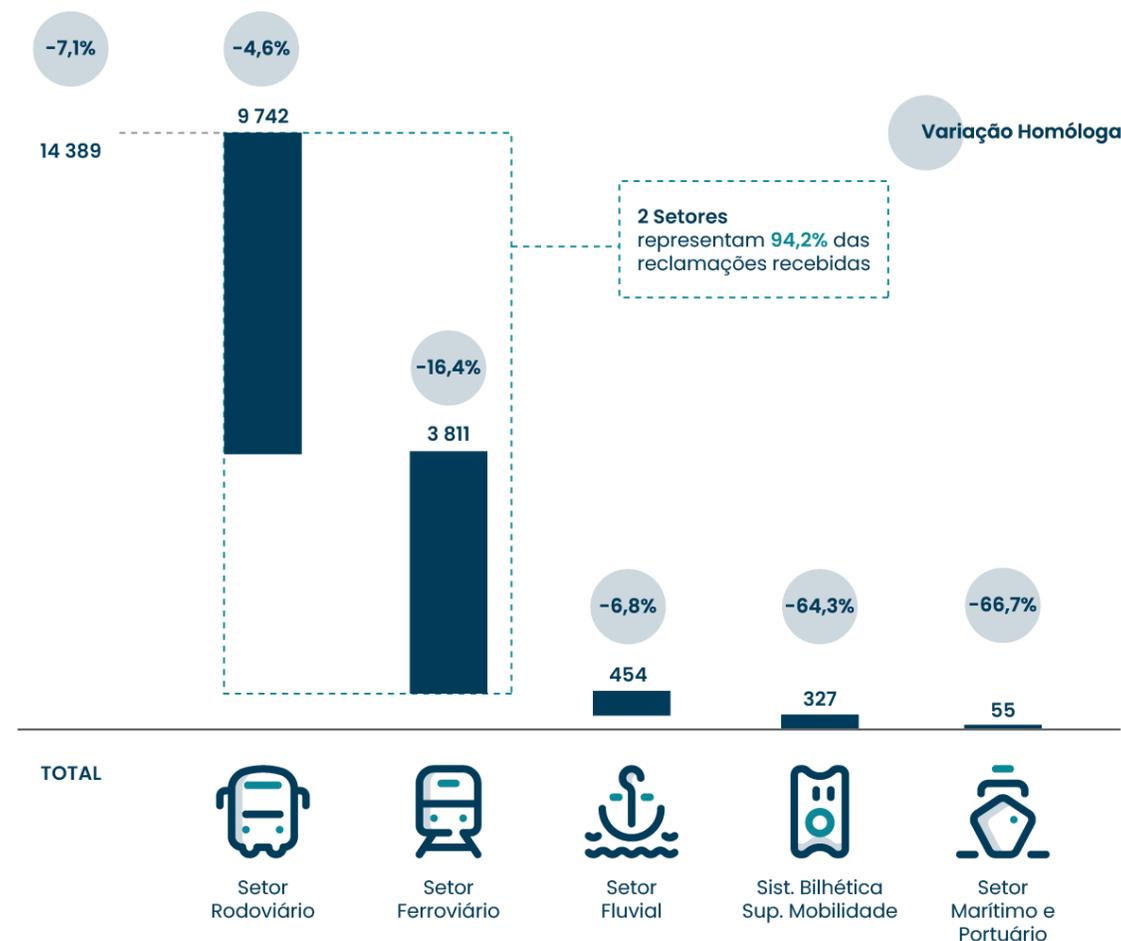
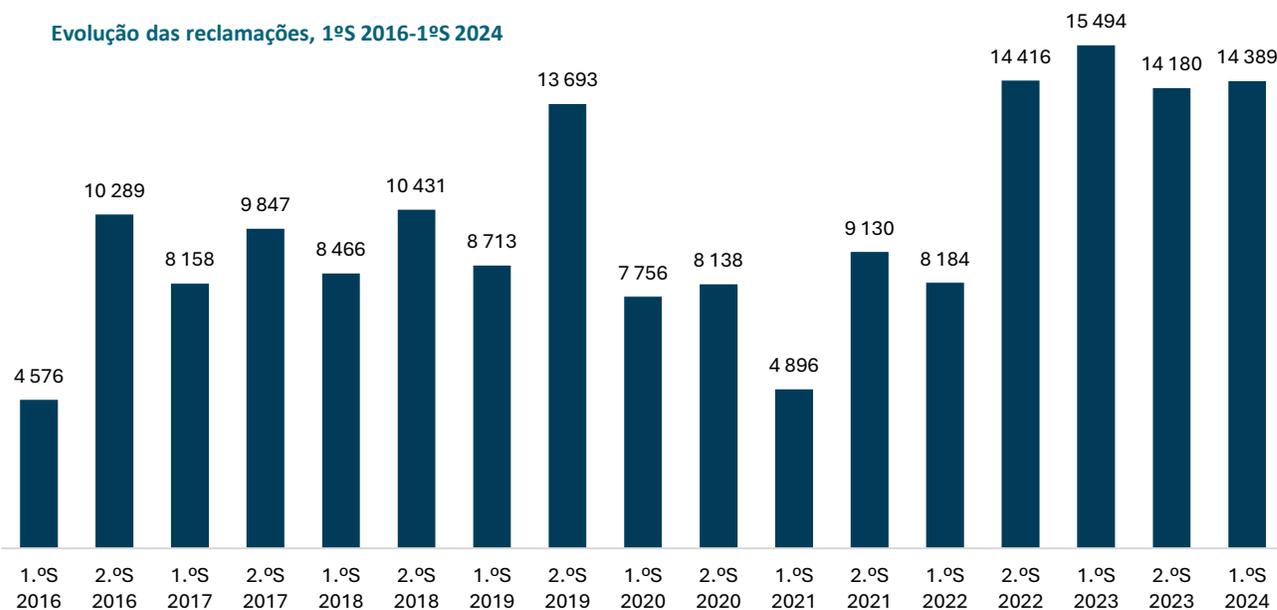
www.amt-autoridade.pt



Gestão de Reclamações

- Apoio ao planeamento e definição de estratégias
- Atividade de supervisão e sancionatória
- Acompanhamento do cumprimento da legislação europeia
- Inteligência artificial na classificação dos motivos

Evolução das reclamações, 1.ºS 2016-1.ºS 2024



Estudos e avaliação de políticas públicas

Elaboradas

- Linhas de Orientação sobre a Regulação da Micromobilidade Partilhada
- Orientações para a Elaboração de um Programa Nacional de Mobilidade Sustentável
- Implementação de Indicadores de Avaliação de Investimentos em Infraestruturas e Serviços de Mobilidade e Transportes
- Obrigações de Serviço Público Verdes
- Orientações para uma Inteligência Artificial Ética, Transparente e de Confiança

Em curso/planeados

- Projeto Piloto de Mobilidade Integrada da Beira Interior
- Avaliação de Riscos Climáticos na Mobilidade e Transportes e reporte de sustentabilidade (ESG)
- Orientações para estudos de satisfação
- Contratos de Serviço Público de 2.ª Geração
- Financiamento do sistema de mobilidade e transportes



Obrigações de Serviço Público Verdes

- Implementação de indicadores comuns e rigorosos relativos a emissões de Gases com Efeito de Estufa;
- Criação de um Programa Nacional de Mobilidade Sustentável;
- Implementação de indicadores da avaliação de investimentos e de desempenho de serviços e infraestruturas de transportes;
- Procedimentos de Contratação Pública;
- Fontes alternativas de financiamento;
- Incentivos à utilização de transporte público e utilização de veículos limpos;
- Literacia e inovação na mobilidade sustentável



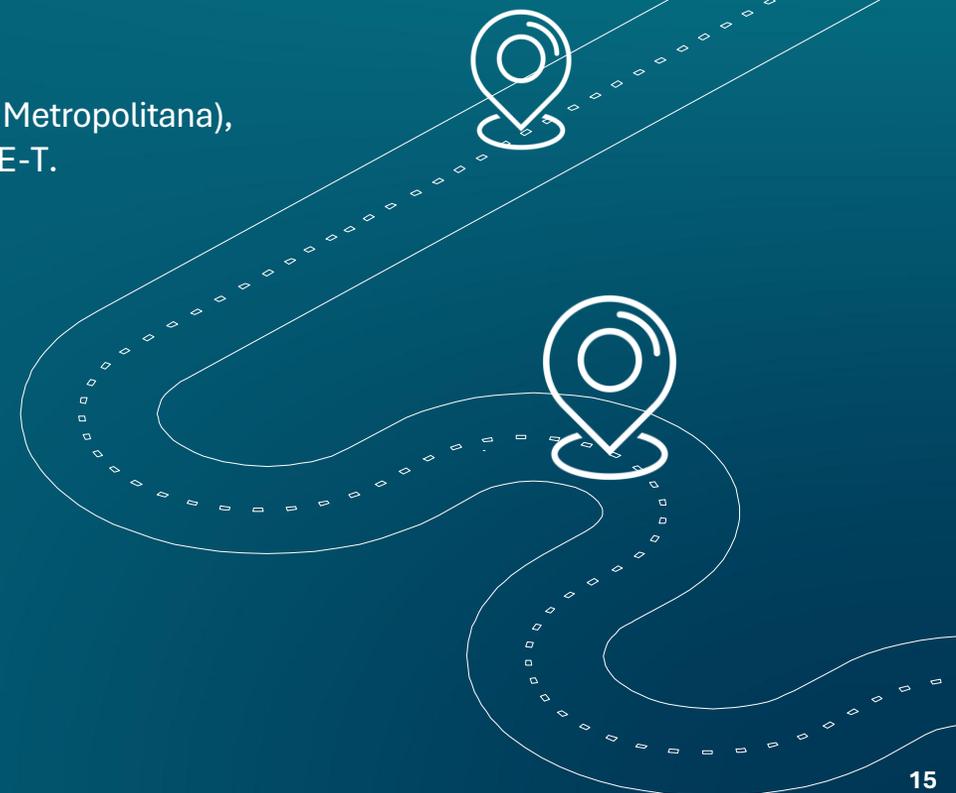
Proposta de um Programa Nacional para a **Mobilidade Sustentável** (*impacto Liberalização, Multimodalidade, Infraestruturas e Serviços de Transporte Integrados com o Planeamento e Ordenamento do Território*)



Eixo(s) Braga-Setúbal e Porto-Vigo: enorme potencial (Corredor Atlântico, uma nova Área Metropolitana), com evidente necessidade de assegurar as ligações à Europa (LAV, NAL), no âmbito das RTE-T.

Novos investimentos em infraestruturas essenciais (“invariantes”):

- Terceira Travessia do Tejo (Chelas-Barreiro)
- Ligações AV à Europa (RTE-T) – Porto Vigo e Lisboa Madrid
- Ligação em AV ao NAL (Aeroporto Luis de Camões em Alcochete)



Projeto Piloto de Mobilidade Integrada da Beira Interior

Pressupostos



União de vontades
administração local e regulador



Valores da **inclusividade e acessibilidade**



Objetivos de **transição ambiental, energética e digital**



Desenvolvimento económico sustentável: coesão ambiental, social, económica e territorial



Pensar em todas as **atividades económicas e serviços essenciais**



Instrumentos de **Ordenamento do território**



SOLUÇÕES INOVADORAS E COLABORATIVAS

Projeto Piloto de Mobilidade Integrada da Beira Interior

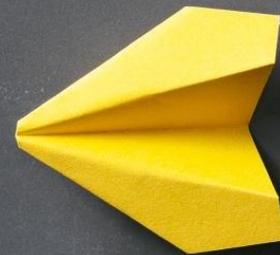
Componentes

- Avaliar, num caso concreto, a aplicação das melhores práticas de planeamento do território e da mobilidade, à luz dos princípios da transição ambiental, energética e digital, e identificar os meios necessários para alcançar tais objetivo
- Promover a consolidação e complementar a estratégia regional de intervenção em matéria de organização das acessibilidades e gestão da mobilidade neste eixo
- Proporcionar meios digitais de diagnóstico e gestão da mobilidade e do território nos territórios
- Capacitar e envolver profissionais e cidadãos



3.

CONTRATOS DE 2ª GERAÇÃO



- Atualizar orientações tendo em conta aspetos positivos e menos positivos da 1.ª Geração de Contratos
- Estabelecer orientações quanto a planeamento de território e redes e sustentabilidade ambiental, social e económico-financeira

Necessidades

- Melhorar e articular mecanismos de transmissão de informação entre operadores e autoridades e destes à AMT
- Melhorar articulação entre AMT e outras entidades públicas (IMT, Fundo Ambiental, etc)
- Promoção de ações de formação e capacitação
- Ajustamentos e atualizações legislativas e adequação às atuais exigências (exemplo: Decreto – Lei n.º 86/2021 – “veículos limpos”)



INTERVENÇÃO AMT

(Alguns) Aspetos a melhorar em contratos e fundamentação

- Melhor identificação/previsão/valorização de estruturas de apoio à operação
- Prazos contratuais melhor ajustados ao nível de investimento exigido
- Obrigações claras em matéria social (transferência de trabalhadores) ambiental e de acessibilidade e inclusividade
- Melhor articulação de redes entre autoridades e planeamento integrado
- Períodos de transição inicial e final melhor adequados à realidade e entrega de conteúdos críticos
- Garantia de disponibilidade de meios necessários à exigência contratual
- Promoção da digitalização da gestão operacional



INTERVENÇÃO AMT

(Alguns) Aspectos a melhorar em contratos e fundamentação

- Mecanismos de flexibilidade operacional e contratual, atualização de pressupostos e compensações, ajustamento do objeto do contrato às reais necessidades da operação e resolução de diferendos
- Garantia de transmissão de informação estruturada e coerente
- Mecanismos de fiscalização célere, incentivo à qualidade e comunicação com passageiros
- Mecanismos de efetiva melhoria de desempenho e sancionamento de incumprimentos
- Maior promoção de poderes de autoridades públicas e sua consideração na eficiência dos serviços de mobilidade
- Maiores exigências contabilísticas no tratamento de gastos e rendimentos associados à exploração e outras atividades





www.amt-autoridade.pt

